CAPÍTULO 4.º

Serviços de segurança pública

Intendência Geral de Segurança Pública

Serviços de emigração

Despesas com o pessoal

Artigo 73.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 10.000\$00

Polícia de segurança pública de Lisboa

Despesas com o pessoal

Artigo 79.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 85.000\$00

Polícia de segurança pública do Pôrto

Despesas com o pessoal

Artigo 90.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 75.000\$00

Polícia de segurança pública dos demais distritos

Despesas com o pessoal

Artigo 101.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 60.000\$00

Serviço de identificação e registo policial

Pósto antropométrico da policia de Lisboa

Despesas com o pessoal

Artigo 104.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 10.000\$00

Pósto de identificação e registo policial do Pôrto

Despesas com o pessoal

Artigo 112.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 10.000\$00

Guarda nacional republicana

Despesas com o pessoal

Artigo 118.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 15.000\$00

CAPÍTULO 5.º

Serviços de saúde pública

Direcção Geral de Saúde

Despesas com o pessoal

Artigo 129.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 40.000\$00

Instituto Central de Higiene do Dr. Ricardo Jorge

Despesas com o pessoal

Artigo 142.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 3.000\$00

Sanidade terrestre

Despesas com o pessoal

Inspeção de Saúde de Lisboa:

Artigo 150.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 4.000\$00

Inspeção de Saúde do Pôrto:

Artigo 152.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 13.000\$00

Sub-inspecções de saúde concelhias:

Artigo 156.º — Remunerações acidentais:

1) Complemento de vencimento 10.000\$00

Sanidade marítima

Despesas com o pessoal

Pôrto de Lisboa:

Artigo 164.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 14.000\$00

Serviços de Inspeção de epidemias e profilaxia de doenças infeciosas

Serviços de desinfecção pública de Lisboa

Despesas com o pessoal

Artigo 182.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 6.000\$00

Serviços de desinfecção pública do Pôrto

Despesas com o pessoal

Artigo 183.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 4.000\$00

Hospital de Joaquim Urbano

Despesas com o pessoal

Artigo 194.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 26.000\$00

Total 600.000\$00

Paços do Governo da República, 26 de Março de 1931.— Os Ministros do Interior e das Finanças, António Lopes Mateus — António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

4.ª Repartição (Património)

Decreto n.º 19:517

Sendo de atender as alegações expostas pela comissão administrativa municipal de Palmela, que, em um terreno da Fazenda Nacional, por o considerar abandonado, iniciou a construção de um edifício escolar, de reconhecido interesse local;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:
Artigo 1.º É autorizada a cedência, a título precário, do referido terreno, devendo a Câmara concluir a construção iniciada, sem encargo algum para o Estado.

Art. 2.º O conjunto desses bens, embora fique sob a administração da Câmara, será incorporado no Património Nacional.

Art. 3.º Se no prazo de dois anos, contados da data da publicação deste decreto, a Câmara Municipal de Palmela não houver terminado as referidas obras, caducará a concessão, sendo os mesmos bens desamortizados no estado em que se encontrarem, sem que o Município tenha direito a qualquer indemnização.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêse se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 26 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada
Repartição do Pessoal

Portaria n.º 7:060

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação das canhoneiras tipo *Beira* e *Zaire*, em completo estado de armamento, passe a ser constituída pelo pessoal seguinte:

Oficiais	
Primeiro tenente, comandante	1
Segundo tenente	1
Segundo tenente engenheiro maquinista ou maquinista condutor.	1
	3
Brigada de marinheiros	
Primeiro sargento de manobra	1
Sargento artífice carpinteiro	1
Sargento enfermeiro.	1
Cabo de manobra.	1
Marinheiros de manobra.	3
Marinheiros sinaleiros	2
Grumetes de manobra	10
Dispenseiro	1
Primeiro cozinheiro	1
Segundo cozinheiro	1
Criado de câmara	1
Padeiro	1
Clarim	1
	25
Brigada de artilheiros	
Primeiro sargento artilheiro	1
Segundo sargento artilheiro	1
Cabo artilheiro	1
Marinheiros artilheiros.	6
Grumetes artilheiros.	4
	13

Brigada de mecânicos

Primeiros sargentos condutores de máquinas.	3
Sargento ou cabo telegrafista	1
Cabo fogueiro	1
Marinheiros fogueiros	12
Marinheiros torpedeiros	3
Marinheiro telegrafista.	1
Grumetes fogueiros	6
	2
<i>Total</i>	68

Nota.— Quando estes navios forem destinados às colónias ou ilhas adjacentes, a lotação será aumentada com um segundo tenente, um médico oficial subalterno, um sargento condutor de máquinas e dois marinheiros fogueiros.

Paços do Governo da República, 26 de Março de 1931.— O Ministro da Marinha, *Luis António de Magalhães Correia*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

Questões Económicas

Por ordem superior se faz público que os Governos Português e Romeno concordaram em prorrogar até 6 de Abril de 1931, data da entrada em vigor da Convenção de Comércio e Navegação, assinada em Bucarest, em 5 de Dezembro de 1930, as disposições do Acôrdo Comercial Provisório, assinado entre os dois países em 19 de Julho de 1927.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 24 de Março de 1931.— O Director Geral, *Francisco António Correia*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 19:518

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É fixada em 300\$ a propina de matrícula no estágio de prática pedagógica a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 18:973, de 17 de Novembro de 1930.

§ único. O disposto neste artigo tem aplicação na prática dos candidatos ao magistério liceal, a contar do ano lectivo de 1931-1932.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêse se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.